



Família e Gênero na Ideologia do Fascismo Italiano

Palavras-Chave: Família, Gênero, Fascismo

Autores(as):

Isabela Clara Ribeiro de Tófoli, IFCH – UNICAMP

Prof(a). Dr(a). Álvaro Bianchi, IFCH- UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Este trabalho parte da intenção de investigar quais elementos, no interior do regime político fascista, funcionavam como pilares ideológicos capazes de justificar e convencer a população italiana da legitimidade das ações promovidas pelo Estado durante o período de governo de Benito Mussolini. Parte-se do pressuposto de que não há prática social dissociada de uma ideologia (Althusser, 1974); ou seja, a ideologia atua como ferramenta de legitimação, atribuindo sentido às ações políticas e, muitas vezes, ocultando suas contradições internas. De acordo com Althusser (1974), a ideologia não reflete diretamente as condições reais de existência dos sujeitos, mas representa uma relação imaginária com essa realidade — relação esta que é moldada por instituições como o Estado, que organiza a sociedade conforme seus próprios interesses.

Nesse sentido, é importante compreender que a ideologia fascista era estruturada a partir de um conjunto de valores ultranacionalistas, autoritários e violentos. Tratava-se de uma doutrina política estatolatra, antidemocrática e profundamente anticomunista, que atribuía à violência um papel regenerador, a capacidade de instaurar uma nova ordem política e promover o renascimento da nação. Esses princípios ideológicos, longe de pertencerem exclusivamente ao contexto do entreguerras, também servem como elo entre o fascismo histórico e os movimentos neofascistas contemporâneos (Bianchi, 2024).

A ideologia fascista, nesse contexto, sustenta-se por uma ordem totalitária baseada na ideia de unidade nacional, na qual o Estado ocupa posição central como agente de manutenção e restauração da ordem. Essa estrutura ideológica se materializa em instituições sociais responsáveis pela formação dos sujeitos — entre elas, destaca-se a família. Longe de ser uma entidade natural, a família é uma construção social que assume diferentes formas para responder às necessidades de cada período histórico (Biroli, 2014). Como instituição social, ela atua na formação dos indivíduos e influencia a forma como estes se relacionam com o mundo exterior. Ao mesmo tempo em que é moldada pela estrutura social, a família também a reproduz, internalizando o pensamento dominante por meio da organização da vida emocional de seus membros (Reis, 2006).

Nesse sentido, a discussão de gênero torna-se um eixo central da pesquisa, uma vez que as configurações da vida doméstica estão diretamente relacionadas aos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, os quais refletem e reproduzem os limites de liberdade e espaço conferidos a cada gênero (Biroli, 2014). A investigação busca compreender, portanto, a construção social do gênero feminino no interior da ideologia fascista. Chang (2015), ao tratar do controle dos corpos femininos no fascismo, introduz o conceito de micropoder — importado de Michel Foucault — para pensar os

mecanismos sutis e cotidianos de domesticação dos corpos, principalmente os das mulheres (Chang, 2015). Durante a ditadura de Mussolini, diversas políticas sexuais, como as campanhas pró-natalistas, foram implementadas com o objetivo de delimitar o papel das mulheres, moldando um ideal de feminilidade compatível com os interesses do regime. Às mulheres foi atribuída a função primordial de garantir a reprodução biológica e moral da nação — sendo, assim, alçadas à base simbólica e ideológica do projeto fascista.

Diante disso, este projeto de Iniciação Científica propõe uma investigação, a partir dos estudos sobre pensamento político, da ideologia fascista italiana, com foco em sua relação com a constituição da família e dos papéis de gênero. O objetivo é compreender a importância da esfera privada — especialmente da instituição familiar — na sustentação do regime fascista, bem como o papel estratégico desempenhado pelas mulheres nesse contexto, enquanto agentes da reprodução ideológica.

A pesquisa parte de duas hipóteses principais: (1) a família funcionava como uma instituição socialmente maleável, que era ao mesmo tempo produto e agente da ideologia fascista; e (2) as mulheres desempenhavam um papel político fundamental no interior do regime, pois, mesmo relegadas ao espaço doméstico, exerciam uma função estratégica ao garantir, por meio da maternidade e da devoção ao lar e à pátria, a continuidade moral e biológica do fascismo.

METODOLOGIA:

A presente pesquisa busca investigar questões relacionadas ao pensamento político, considerando que este adquire sentido a partir de sua produção, circulação e interpretação, podendo ser acessado por meio de fontes documentais primárias. Nesse sentido, a pesquisa foi conduzida com base em análise documental. Por se tratar de um campo que lida com construções simbólicas e subjetividades — como é característico do pensamento político —, adota-se a metodologia empática, que busca compreender a autopercepção da ideologia, ou seja, como uma ideologia se entende e se representa a partir de si mesma (Griffin, 2018). O objetivo é compreender como a própria ideologia fascista concebida sob o regime de Mussolini entendia a família, seus parâmetros internos e os papéis de gênero a ela atribuídos.

Os resultados da pesquisa serão obtidos por meio da análise de revistas, com atenção ao contexto histórico, aos autores e à lógica interna dos documentos. A escolha por esse tipo de fonte se justifica pelo fato de que revistas podem ser compreendidas como instituições sociais, aparelhos de hegemonia e organizadoras culturais de um programa político. Desse modo, torna-se possível acessar a lógica interna da ideologia fascista a partir de suas crenças, narrativas e estratégias de naturalização, considerando seu contexto próprio de produção intelectual.

A revista escolhida como objeto de análise é a *Famiglia Fascista*, referido na figura 1, cujo público-alvo eram as mulheres italianas. A publicação funcionava como um instrumento de incentivo à construção de um ambiente doméstico e familiar coerente com os valores e a proposta do Estado fascista. A partir de seus conteúdos, é possível identificar de forma direta os mecanismos de propaganda que contribuíram para a consolidação de papéis de gênero rigidamente estruturados. O recorte temporal da pesquisa abrange o período que vai da ascensão do fascismo até os momentos finais da participação da Itália na Segunda Guerra Mundial — mais precisamente, de abril de 1934, data da primeira edição registrada da revista, até junho de 1943. Ao todo, foram analisados dez anos de produção da revista. Os arquivos utilizados estão disponíveis no acervo do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL).



Figura 1. Capas da revista *Famiglia Fascista*

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir da revisão bibliográfica e, sobretudo, da análise documental da revista *Famiglia Fascista*, foi possível observar que as campanhas e políticas demográficas do regime de Mussolini constituem um eixo central da relação entre o Estado fascista e a mulher. A ideologia fascista construiu um papel social específico para as mulheres, diretamente vinculado às preocupações do regime com a reprodução populacional e a “melhoria da raça”. A maioria dos artigos da revista, direta ou indiretamente, reforça essa expectativa, apontando a maternidade como destino natural, função moral e dever patriótico feminino.

A chamada “batalha demográfica” foi oficialmente lançada por Benito Mussolini em 26 de maio de 1927. Seu objetivo era claro: expandir a população italiana para 60 milhões de habitantes em vinte anos. Para alcançar essa meta, o Estado promoveu um conjunto de políticas pró-natalistas direcionadas exclusivamente às mulheres, que incluíam incentivos financeiros para famílias numerosas, isenção de impostos, proibição do aborto e da propaganda de métodos contraceptivos. Como aponta Chang (2015), tais medidas expressam não apenas uma política pública, mas a consolidação de uma nova definição ideológica do papel da mulher sob o fascismo.

Essas diretrizes do regime encontram tradução concreta na revista *Famiglia Fascista*. O culto à maternidade perpassa a maioria dos conteúdos — ora de forma explícita, ora de maneira mais sutil. Em artigos sobre moda feminina, educação infantil, economia doméstica e boas práticas de higiene no lar, percebe-se a tentativa de moldar um ideal de mulher voltado para o cuidado da casa, dos filhos e do marido. A maternidade, nesse contexto, é apresentada como o ápice da realização feminina, como destino inevitável e critério definidor da identidade da mulher.

Além disso, a revista também apresenta conteúdos mais normativos e doutrinários, que criticam formas de organização familiar divergentes do modelo proposto pelo fascismo — como o ideal soviético de igualdade de gênero —, utilizando essas referências como contraponto negativo, retratando-as como expressão de decadência moral e desordem social. Nesses textos, é reforçada a estrutura familiar tradicional: muito filhos, pai provedor e autoridade máxima, mãe dedicada integralmente à criação dos filhos e à gestão do lar.

A exaltação da maternidade como essência do feminino aparece de forma contundente em artigos como *È nato un bimbo*, nos quais se afirma que “o homem realiza-se por si mesmo... Já a mulher, salvo raras exceções, possui apenas uma via legítima de realização: a maternidade. Sem tornar-se mãe, não seria, em essência, uma mulher completa”. Esse tipo de formulação revela a internalização, no discurso da revista, da concepção hierárquica de gênero promovida pelo regime.

Tal perspectiva está em consonância com os fundamentos filosóficos do fascismo, especialmente os formulados por Giovanni Gentile, principal ideólogo do regime. Para Gentile, a maternidade era compreendida não apenas como uma função biológica, mas como uma qualidade espiritual intrínseca à mulher, o que justificava sua submissão ao homem (Re, 1995). Essa concepção naturaliza uma inferioridade feminina essencial, traduzida em uma estrutura social onde a mulher estaria espiritualmente, culturalmente e economicamente subordinada.

A partir dessa premissa de uma suposta inferioridade natural da mulher, o regime fascista teorizou sua subordinação e sua restrição à esfera privada, associando-a quase exclusivamente ao ambiente doméstico. O modelo de família defendido e veiculado na *Famiglia Fascista* reproduz o arquétipo da mulher como “anjo do lar” — uma figura idealizada, silenciosa e devotada, fundamental para a manutenção da ordem social. Trata-se de um projeto de organização familiar estruturado sobre uma divisão sexual do trabalho rigidamente hierarquizada, que exclui as mulheres do espaço público e político (Dittrich-Johansen, 1995).

Nesse contexto, a discussão sobre o trabalho feminino surge como uma questão estratégica no interior da ideologia fascista, sobretudo quando relacionada à política demográfica e à proteção da “raça”. No artigo “*Trabalho Feminino e Defesa da Raça*”, publicado na edição de março de 1940 da revista *Famiglia Fascista*, Giuseppe Pecis argumenta que o trabalho das mulheres se entrelaça diretamente com problemas cruciais para o desenvolvimento social e econômico da nação. Segundo o autor, permitir ou incentivar a participação feminina no mercado de trabalho fora dos moldes aceitos pelo regime poderia comprometer tanto a fertilidade quanto a estabilidade moral da sociedade. Ao afirmar que “o trabalho feminino tem repercussões diretas no fator demográfico e no futuro da raça”, Pecis evidencia a lógica central da política fascista: tudo o que diz respeito às mulheres — inclusive sua atuação profissional — deve estar subordinado aos objetivos maiores do Estado, especialmente no que diz respeito à natalidade e à preservação racial.

Dessa forma, os resultados da análise documental revelam como a *Famiglia Fascista* funcionava como um instrumento de propagação da ideologia fascista, operando na formação de subjetividades femininas a partir da naturalização da maternidade, da submissão e da centralidade da mulher na reprodução biológica e moral da nação. A revista, portanto, não apenas refletia as diretrizes do regime, mas atuava ativamente como um aparelho ideológico do Estado, reafirmando, normatizando e disseminando um modelo de feminilidade funcional ao projeto totalitário. Importa destacar, entretanto, que as mulheres não foram excluídas do plano político do regime fascista. Pelo contrário, o fascismo reconhecia sua relevância enquanto força política, ainda que limitada a um papel específico. A elas foi atribuído um lugar ativo dentro da estrutura ideológica — um papel político que exigia a renúncia à agência individual em nome da nação.

CONCLUSÕES:

Em conclusão, a posição social da mulher sob o fascismo era contraditória: o regime lhe conferia uma função política, mas essa função, paradoxalmente, consistia em mantê-la afastada da esfera pública e de qualquer participação efetiva na política. O dever feminino e sua devoção ao Estado se expressavam através da maternidade e da manutenção da família, reforçando uma hierarquia de gênero na qual os

homens sempre tinham primazia. A estrutura familiar imposta refletia a ideologia disseminada pelo regime, que moldava os papéis de gênero por meio de políticas pró-natalistas e de uma intensa propaganda que retratava mulheres emancipadas como uma ameaça à família, à maternidade e à ordem nacional.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1974.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Boitempo, 2014.

CHANG, Natasha V. *The crisis-woman: body politics and the modern woman in fascist Italy*. Toronto: University of Toronto Press, 2015. (Toronto Italian studies).

DITTRICH-JOHANSEN, Helga. La “Donna nuova” di Mussolini tra evasione e consumismo. *Studi Storici*, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 811–843, 1995.

FAMIGLIA FASCISTA. *È nato un bimbo*. Ano VII, nº 3, março de 1940, p. 312. Laboratório de Pensamento Político – PEPOL (acervo digital).

PECIS, Giuseppe. *Il lavoro femminile e la difesa della razza*. *Famiglia Fascista*, Ano VII, nº 3, março de 1940, p. 24.

RE, Lucia. *Fascist Theories of Woman and the Construction of Gender*. In: DE GRAZIA, Victoria (ed.). *The Sex of Things: Gender and Consumption in Historical Perspective*. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 78–101.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. *Psicologia social: o homem em movimento*, v. 8, p. 99-124, 1984.

GRIFFIN, Roger. *Fascismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

BIANCHI, Alvaro. Fascismos: ideologia e história. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 43, n. 1, p. 45–63, 2024.